

Uma iniciativa louvável

O objetivo não poderia ser, ao mesmo tempo, mais simples e mais difícil: fazer que mais de 75% dos alunos dominassem 70% do conteúdo/habilidades estabelecidos nas propostas curriculares oficiais do ensino público paulista. Os que conhecem as dificuldades que cercam qualquer tipo de ação construtiva em uma unidade da rede de ensino podem avaliar o grau de esforço necessário para pôr em prática tal pretensão. Para provar que sem o primeiro passo não existem caminhadas, sejam curtas ou longas, a Câmara Americana de Comércio de São Paulo escolheu três escolas estaduais para iniciar, em 1991, um projeto-piloto. Possivelmente a mentalidade empresarial tenha auxiliado: antes de tudo, cuidou-se de treinar adequadamente os professores e depois procurou-se cercar o aluno da atenção necessária para que o processo de aprendizagem pudesse ganhar corpo. Em pouco tempo, muito pouco tempo mesmo, os resultados apareceram.

Antes do início do ano letivo de 1993 já se podia saber que os alunos do terceiro colegial de uma escola no Taboão da Serra, município da Grande São Paulo, saltaram da nota média de 1,5 (em 10 pontos possíveis) obtida no primeiro teste aplicado ao fim do primeiro trimestre do projeto, para a média de 5,8 pontos quando o primeiro ano letivo se encerrou. Nas séries do Primeiro Grau a evolução não foi diferente. Com uma única exceção: nas turmas de 5ª série em Matemática, como as deficiências acumuladas nos quatro primeiros anos eram muito grandes, todo o ano letivo foi ocupado na "devolução" do conteúdo curricular que as crianças ou não tinham aprendido ou não lhes fora ensinado.

Porque demonstrou ser eficiente, o projeto evoluiu; no início de 1994, a diretoria da Câmara Americana transformou o projeto-piloto numa instituição com personalidade jurídica própria e a batizou com o nome certo: "Instituto Qualidade no Ensino". Separou o projeto da Câmara tanto com a finalidade de facilitar contribuições como para poder estabelecer parcerias. O apoio empresarial não fal-

tou. Afinal, como reconhecia em julho de 1990 o presidente da Câmara em São Paulo, Jean Rozwadowski, "algumas empresas já têm dificuldades para contratar mão-de-obra". A consolidação desse apoio permitiu à diretoria do Instituto assumir como meta levar o projeto de qualidade do ensino a 500 escolas em São Paulo até o ano 2000 e a 5 mil escolas, em dez Estados, em dez anos.

Realmente importante é que no

que foi feito não houve "milagre", apenas aplicação da mais simples das receitas educacionais. O projeto-piloto contratou professores capacitados, pagos com dignidade, que se transformaram em monitores de seus colegas docentes nas três escolas selecionadas; esses profissionais dedicavam-se em tempo integral à escola, assistindo às aulas ao lado dos alunos e depois orientando os educadores sobre falhas ou métodos facilitadores no processo de aprendizagem. Aos poucos o projeto evoluiu para um aprimoramento contínuo dos docentes que passaram a conhecer formas de remuneração complementares por desempenho. Nessa evolução, a maior conquista do projeto foi a impressionante redução dos índices de evasão escolar: no primeiro ano, nas três escolas-piloto, as taxas de evasão despencaram para 21%, fato absolutamente paralelo à escalada no desempenho escolar dos educandos.

Os que imaginam que tudo isto tem custo estratosférico podem surpreender-se: em todo o tempo do projeto, o custo nunca excedeu US\$ 50/aluno! Para que se possa entender o que tal quantia significa, convém ter presente que o Estado gasta para oferecer a Educação que oferece nada menos do que US\$ 150 por estudante/ano. Entender como isso é possível começa pela descoberta de que os custos de gerenciamento burocrático desse projeto são quase zero. Por sentir que este é o nó górdio dos desperdícios de recursos educacionais, o projeto *Qualidade no ensino* desde 1993 investe na formação de diretores e coordenadores internos nas escolas. Até quando a rede oficial permanecerá regratária a técnicas gerenciais modernizantes?

**Com a dedicação
de alguns foi
possível ensinar
melhor centenas
de alunos da rede
pública do Estado**